

PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ATO POLÍTICO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Jane Schumacher¹

Eduardo da Luz Rocha²

Lucas da Silva Martinez³

Resumo

A Educação Ambiental por si só, é uma prática contemporânea, que emerge dos acontecimentos globais, resultantes do ascendente crescimento econômico mundial. Como nossa proposta neste texto é estabelecer laços entre a Educação Ambiental em diálogo com Paulo Freire, nos propomos a refletir sobre a importância do compromisso ético com a renovação e transformação da realidade, como um ato político e de amor ao mundo. Portanto o que nos desafia hoje é entendermos a educação ambiental não de forma reducionista, mas sim com uma visão crítica, inovadora e transformadora, como uma dimensão da educação, um ato político voltado para a transformação social.

Palavras-chave: educação ambiental, transformação, ato político.

1. Reflexões Iniciais

Na busca de entender a Educação Ambiental como ato político este texto foi construído na terceira pessoa do plural, por nos vermos como sujeitos deste processo, onde entendemos que a educação por si só já envolve ambiente e, que as atividades nos diversos contextos, envolvem a realidade. A Educação Ambiental, por si só, é uma prática contemporânea, que emerge dos acontecimentos globais, resultantes do ascendente crescimento econômico mundial.

De acordo com Reigota (2012), o desequilíbrio ambiental que vivenciamos atualmente, começa lá na década de cinquenta a setenta, em que os países desenvolvidos acreditavam que desenvolvimento e preservação de recursos naturais não poderiam existir em processo harmônico, ou seja, para termos sucesso econômico, deveríamos devastar os recursos, acelerando a produção industrial, descompactando as relações dialógicas entre os sujeitos, pois todos deveriam ser

¹ Doutora em Educação. Professora Adjunta pela Universidade Federal do Pampa.

² Estudante de Pedagogia. Bolsista de iniciação à docência.

³ Estudante de Pedagogia. Conselheiro Municipal de Educação.

“máquinas” em que o resultado esperado é o “sucesso econômico” e poder de alguns, sobre uma sociedade estagnada e escravizada.

Após essas reflexões iniciais, instituídas em conferências mundiais desde a década de setenta, surgem diversas concepções epistemológicas, filosóficas e metodológicas, no que tange a Educação Ambiental planetária em geral e, Brasileira em particular. Passamos de um entendimento naturalista e de certa forma reducionista da Educação Ambiental, para um olhar crítico e reflexivo sobre o ambiente, propiciando o entendimento de que atuamos e o transformamos diariamente, através de nossas relações sociais e culturais.

É notório que nos contextos escolares e não escolares a dúvida que perpassa os discursos e representações sociais é o debate referente à Educação Ambiental. Ao pensar em Educação Ambiental, acontece a relação direta com trabalhos emergenciais, ligados diretamente a datas comemorativas ou a promoção de atividades de Educação Ambiental, que busque conscientizar sobre a importância de realizar algo e, voltado ao processo final da atividade prática, como por exemplo, coleta de resíduos em orlas, rios e demais espaços públicos.

Quando paramos para pensar em uma Educação Ambiental como ato político, defendemos explicitamente que ela é a “análise das relações políticas, econômica, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação de mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação” (REIGOTA, 2012, p.13).

Dessa forma, priorizamos o desenvolvimento de ações presentes no nosso cotidiano, para assim, repensarmos as mesmas, não como algo mecânico, mas, significativo, compreendendo este processo como prática social onde nos formamos como sujeitos e que atuamos criticamente na sociedade.

Este entendimento parte do princípio que somos seres sociais, que temos uma bagagem de valores enraizados em nossa personalidade e em nossos hábitos, a partir do ambiente que nos criamos, no convívio com os demais seres. Esta compreensão valoriza o ambiente social que nos desenvolvemos, vivemos e que estamos inseridos, assim, agindo com respeito ao próximo, com solidariedade e compromisso ético, pois somos seres por natureza social e a atitude ambiental de um poderá impactar na vida do outro, e na dele própria ou de suas gerações, dentro da compreensão de transformação da sociedade.

Partindo dessas perspectivas, a sociedade contemporânea planetária, nos permite refletir sobre a Educação Ambiental a partir de novas “imagens”, novos “olhares”, questionando aquelas que tem nos produzido como sujeitos, em que somos conduzidos a pensar os outros, o ambiente e a nós mesmos.

Conforme Schumacher (2013, p.13) “toda experiência, assim como a prática surge da organização e reorganização da vida que se tem, ou seja as práticas que são individuais nos levam para ação aplicação do que temos acumulado, no ir e vir da ação e reflexão na prática social”.

2. Educação Ambiental como ato político

Ao pensarmos em Educação devemos ter claro que estamos pretendendo levar ideias, sentimentos e práticas e, que no entendimento de Freire (1996) este ato não é apenas uma ação singular (...) não deve ser um simples repasse de conteúdos e de saberes. Sua crítica foi ampla no que se confere à uma educação que consiste em depositar conteúdos nos alunos como se todos fossem iguais, pensassem e aprendessem iguais, em espaços educativos que perguntar é ruim.

Em sua concepção, Educação é o ato de pensar e ensinar; e o aprender a pensar exige diálogo, de ação crítica e de reconhecimento acerca dos saberes trazidos da realidade onde estamos inseridos. Segundo Freire (1992), a educação é uma prática política tanto quanto qualquer prática política é pedagógica. Não há educação neutra. Toda educação é um ato político.

Portanto, precisamos construir conhecimentos tendo como horizonte um projeto político de sociedade. Não temos conhecimento sobre todas as coisas, mas, estamos imersos na cultura e, quando conseguimos fazer a ponte entre a cultura dos outros, estabelecemos diálogo para que novos conhecimentos sejam construídos e aos poucos vamos tomando consciência da realidade que os cerca, discutindo-a criticamente. Assim, Sorrentino (2005) diz que a educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita.

A resolução Nº 2 de 15 de Junho de 2012 que visa promover e estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Art. 2º conceitua a

Educação Ambiental como uma dimensão da educação, ou seja, atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes. (JACOBI, 2003, p.196-197).

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental de 2012 em seu artigo 12, apontam princípios voltados a “construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos” (BRASIL, 2012, p. 2).

Estes itens elencados pelas Diretrizes Nacionais norteiam a Educação Ambiental atualmente no Brasil, mostrando que ela é muito mais que apenas a preservação dos aspectos naturais, orientando que os elementos sociais e naturais devem estar relacionados, em um processo, pois não podemos discutir sobre a preservação dos aspectos naturais se não explorarmos as práticas sociais, concretizadas a partir de um processo dialógico de criação de novos processos tecnológicos, culturais, históricos e políticos, transformando a natureza e a sociedade. Ao discutirmos em sociedade processos históricos e transformação de paradigma natural e social, não podemos deixar de problematizar e refletir, promovendo a criticidade dos sujeitos.

3. Educação Ambiental: Um diálogo com Paulo Freire

Somos inacabados e vivemos em constante vir-a-ser, transformando-se todos os dias e transformando o local onde moramos. A consciência de nosso inacabamento, que nos difere dos animais, tornamos alguém com compromissos éticos e morais em relação ao mundo em que vive. Dessa forma, enquanto humanos, na luta da humanização, contra a desumanização, a opressão e as condições que nos reduz à condição de objeto, surge uma pedagogia da

libertação, que através da problematização e do diálogo possibilita a superação das condições opressoras, as situações-limites que o estar no mundo produz.

Hoje, muito mais que nunca, Freire nos alerta para “que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e florestas (FREIRE, 2000, p.67)”. Para ele, o diálogo é uma necessidade existencial (FREIRE, 1983), e é dialogando, problematizando a realidade que podemos emergir em consciência crítica. Mas, segundo ele, não existe diálogo sem amor. Mais que isso, o diálogo para Freire (1983) é a essência da educação como prática de liberdade.

E nessa prática de liberdade, pronunciar a palavra, dialogar, implica práxis: ação e reflexão. Dessa forma: “Não há palavra verdadeira que não seja práxis”. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo, (p.91) ele completa: “Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo (FREIRE, 2000, p.76)”.

Vislumbrar a Educação Ambiental enquanto um ato de amor significa mesmo, olhar para o ambiente e voltar a nós a responsabilidade de transformarmos a realidade em que estamos inseridos. Em suas palavras, Freire ressalta seu anseio em relação à como ele seria lembrado e assim diz: ‘Eu gostaria de ser lembrado como alguém que amou o mundo, as pessoas, os bichos, as árvores, a terra, a água, a vida! (FREIRE, 2001, p. 25)”.

A vocação ontológica de “ser mais” do ser humano, nesta perspectiva extrapola a solidariedade com o outro, mas, também como o mundo, com a natureza, em busca da preservação e da renovação do mundo (NASCIMENTO; GHIGGI, 2012).

Portanto, é fato que o “ser humano” ocupa o centro das preocupações na pedagogia de Paulo Freire. Para ele o ser humano não é neutro, “somente alguém no mundo”, todavia, Freire não reduz o ser humano a uma única classe social, ou seja, os “oprimidos”. Sua pedagogia busca atender todos os homens e mulheres pertencentes ao mundo, mas, claro, atentando fortemente para os que são vítimas de uma desigualdade social, os marginalizados pela sociedade, ao qual são reféns de um sistema que não os reconhece como seres que produzem histórias e, que, são e produzem cultura.

Ele os “reconhece como seres que estão, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade, que sendo histórica também é igualmente inacabada” (FREIRE, 1983, p.42).

Falar de amor ao mundo hoje é relativamente difícil. Vivemos em tempos onde as atrocidades são grandes, as injustiças e desigualdades sociais imperam, e o único que pode salvar e não é apenas a educação que mudará isto, mas a esperança aliada a ação em busca da preservação e renovação do mundo (NASCIMENTO; GHIGGI, 2012). Assim, assumir o amor é importante, Freire alerta:

É preciso ousar, no sentido plena desta palavra, para falar em amor sem temer ser chamado de piegas, de meloso, de a-científico. É preciso ousar para dizer, cientificamente e não bla-bla-blantemente, que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as ações, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional. É preciso ousar para ficar ou permanecer ensinando por longo tempo nas condições que conhecemos, mal pagos, desrespeitados e resistindo ao risco de cair vencidos pelo cinismo. É preciso ousar, aprender a ousar, para dizer não à burocratização da mente a que nos expomos diariamente. É preciso ousar para continuar quando às vezes se pode deixar de fazê-lo, com vantagens materiais (FREIRE, 1993, p.10).

E, na escola, isso reverbera na justificativa em que a educação não é neutra e é política (FREIRE, 2001), pois se compreende a “educação como um ato político”. Sendo assim, Freire ressalta a importância de resgatarmos a politicidade do ato de educar, no sentido em que a formação humana depende da consciência coletiva pelo bem comum, pelo compromisso e ideias de preservação e transformação da sociedade e do mundo em um local mais agradável de morar, onde seja mais fácil de amar (FREIRE, 1983), educando as crianças, jovens e adultos para “a tarefa de renovar um mundo comum” (ARENDRT, 2014, p. 247).

4. Reflexões finais

Nossa reflexão busca mostrar que a discussão referente aos problemas ambientais é muito complexa e, vai além de apenas lixo e água (temáticas que perpassam o imaginário dos sujeitos), problematizando questões relacionadas à violência, ao trabalho, a família e até temas trazidos pelas novelas e músicas. Isto tudo envolve o ambiente, ou educar para o ambiente, o educar para olhar e refletir, só assim, propondo uma reflexão-ação-reflexão (práxis), problematizando a ideia de sujeitos como atores políticos, conseguiremos “(...) parar pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar (...)” (LARROSA, 2002, p.24), buscando mudanças em uma sociedade tecnológica, consumista, desigual e individualista, na qual produz e consome três vezes mais que a população mundial precisa, não se preocupando com os impactos naturais, sociais e econômicos resultantes desse processo desenfreado.

A Educação Ambiental não é um conjunto de práticas de defesa ao ambiente, ela assume uma “ação-reflexão crítica” dos problemas concretos, das realidades que vivenciamos, seja à nível micro (local) ou macro (global). Pensar uma Educação Ambiental como ato políticos envolve discutir temas e propostas para a organização social, a educação plural, libertadora e emancipadora em direção a uma racionalidade social mais justa e igualitária, ajudando a problematizar e socializar experiências que legitimam a existência humana.

Portanto o que nos desafia hoje é entendermos a educação ambiental não de forma reducionista, nem somente preservacionista, mas sim com uma visão crítica e inovadora, como uma dimensão da educação, um ato político voltado para a transformação social. E Essa Educação Ambiental exige de nós o compromisso pela renovação e transformação do mundo, que, neste ato, também carrega o amor que precisamos ter pelo mundo.

Referências:

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Resolução nº 2, Brasília: 15 de Julho de 2012.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ. nº19. Rio de Janeiro. p.20-28 Jan./Apr, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lang=pt Acessado em: 23 de Junho de 2015.

FREIRE, Paulo.. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Epoca; v23)

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

_____. **À sombra desta mangueira**. 4. ed. São Paulo: Olho D'Água, 2001

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 1993

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 11ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**. 9º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003

NASCIMENTO, Lizandra Andrade; GHIGGI, Gomercindo. **PEDAGOGIA DO MUNDO: afirmando o compromisso com a preservação e a renovação do mundo – diálogos com Freire e Arendt**. Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em:<http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Filosofia_da_Educacao/Trabalho/02_08_12_1746-7569-1-PB.pdf>.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. – São Paulo: Brasiliense, 2012.

SCHUMACHER, Jane. Educação Ambiental: que educação é esta? In: MARTINS, Mirian; Frota Paulo (Org). **Educação Ambiental. A diversidade de um paradigma**. Criciúma, SC: UNSC, 2013.

SORRENTINO, Marcos et al. **Educação ambiental como política pública**. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Acesso em 27/09/2015, Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>

SORRENTINO, M. de Tbilisi a Tessaloniki. **A educação ambiental no Brasil**. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998, p196-197.